

ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 07 DE AGOSTO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. deputada Luciane Carminatti, que está presente neste momento no plenário, gostaria de cumprimentar todos que nos estão acompanhando neste momento e dizer que ontem não estivemos presentes nesta Casa porque tive que participar de várias audiências em Brasília, no ministério da Educação, para discutir a instalação do Instituto Federal na cidade de São Lourenço do Oeste, juntamente com o deputado

federal Pedro Uczai, com a deputada Luciane Carminatti, com o ex-deputado Vignatti e com vários prefeitos e vereadores da região.

Discutimos também com a Conab e o ministério da Pesca, que fechou, na verdade, hoje pela manhã, o debate dos acordos sobre o problema do peixe no oeste, principalmente da tilápia, na agricultura familiar. Há um volume bastante considerável. Avaliamos em torno de 500 toneladas de peixe estocados em nossos tanques na região em que os agricultores não conseguem a comercialização a um preço razoável.

Então, a Conab assumiu o compromisso de comprar em torno de 150 toneladas de peixe nos próximos dias, através dos programas sociais do governo federal.

Assim sendo, esperamos que isso já ajude a amenizar o impacto em relação à situação do baixo consumo de peixe neste momento de inverno em nosso estado e em nosso país. Além disso, esses peixes estão chegando acima do peso.

Fizemos também inúmeras reuniões com o ministério da Pesca, com a Conab, e hoje pela manhã a equipe que está em Brasília, juntamente com os prefeitos, acertou esse acordo com a Conab.

Mas quero tratar, sr. presidente, de outro assunto que tem tido uma grande repercussão em nosso estado, nos últimos dias, em relação à Celesc, pois temos que trazer a verdade. Acredito que houve, inclusive, por parte da direção da Celesc, uma informação distorcida dos inúmeros meios de comunicação, de comentaristas econômicos da imprensa catarinense dizendo que o governo federal, a Aneel, teria imposto o aumento de energia elétrica em nosso estado.

Como isso me intrigou durante o final de semana, fomos atrás dessas informações. E ontem tivemos uma informação segura que foi, inclusive, documentada, que quero trazer a esta tribuna, para poder falar com segurança do que estou afirmando, ou seja, de que a Celesc pediu um aumento, deputado Neodi Saretta e deputada Luciane Carminatti, de 25.75% da energia elétrica em nosso estado para a Aneel, ou seja, pediu autorização à

Agência Nacional um aumento de energia elétrica de mais de 25% para Santa Catarina. E aí a Aneel fez uma avaliação de dados e de informações e então concedeu, a partir desse pedido, um aumento de 13.33%, em média, para a energia elétrica. Inclusive, ouvi alguns comentários que em janeiro a presidente Dilma deu redução de 18% para as residências, 25% ou 28% para as empresas e agora já aumentou a energia elétrica em Santa Catarina. Isso não é verdade, é uma informação distorcida ou até, em alguns casos, mal intencionada.

Quero trazer essa informação a todos os catarinenses e dizer que houve um aumento de energia, mas não veio junto uma estratégia clara da nossa reclamação em várias audiências públicas sobre a falta de investimento dessa empresa em várias regiões, para fortalecer o fornecimento de energia ao meio rural, muito atingido pela falta de estrutura com a queda de energia permanente em muitos municípios, afetando a produção de leite, a produção da avicultura, que precisa de energia, principalmente na época do calor; prejudicando a fumicultura em nosso estado e em outros setores, como na agricultura, além dos espaços urbanos, onde há municípios que passam horas e horas sem energia elétrica.

Então, é preciso que haja uma política de investimento para melhorar a condição de energia no nosso estado. Nós queremos registrar aqui que todos os anos, todas as empresas têm um período de reajuste das tabelas, de recuperação das tabelas de cobrança. E temos aqui um reajuste bem acima da inflação.

Não queremos dizer que é errado reajustar, que não pode reajustar. Pode, sim, o que não pode é acontecer essa informação que não querem assumir a responsabilidade. Tem que assumir a responsabilidade da posição de aumento acima da inflação da energia em Santa Catarina. E não se justificou ainda o porquê desse aumento tão grande. Pior, o pedido foi para mais de 25% de aumento. E a Aneel não permitiu esse aumento tão grande para a Celesc em Santa Catarina.

Então, isso foi comprovado com documentos da Celesc, que mandou para a Aneel, e o resultado a Aneel repassou de volta para a Celesc, permitindo esse aumento de 13.33%.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, quero trazer inicialmente uma informação muito importante para os educadores brasileiros que é, na verdade, o parecer do Conselho Nacional de Educação aprovado hoje que trata de um terço da hora/atividade, de acordo com a Lei n. 11.738 de 2008, dos educadores brasileiros. O Conselho Nacional de Educação do ministério da Educação aprovou o parecer, por unanimidade, da Câmara de Educação Básica do Conselho. Falta agora apenas a homologação do ministro. Isso é resultado de toda uma negociação entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação e o ministério da Educação.

Não estamos falando de hora/relógio, estamos falando de 33% da carga horária do professor destinada à preparação das aulas, do planejamento, do estudo, enfim, das atividades extraclases.

Então, é uma grande conquista referendando já a posição da legislação aprovada em 2008. É claro que a partir daí todos os municípios e estados terão de se adequar ao pagamento e ao cumprimento de um terço da hora/atividade.

Trago outra informação já mencionada pelo deputado Dirceu Dresch com relação à audiência realizada em Brasília ontem, no ministério da Educação, com o diretor da Rede Federal de Ensino Tecnológico. A audiência foi muito positiva e culminou com uma negociação bastante avançada que agora será feita com o Instituto Federal de Santa Catarina e com a prefeitura de São Lourenço do

Oeste, no sentido da implantação de uma UEP - Unidade Educacional Profissional - naquele município.

A luta do ensino profissionalizante ganhou muita força com o ex-presidente Lula e continua com a presidenta Dilma. Queremos levar o ensino profissionalizante a todas as regiões porque sabemos que assim a nossa população passará a ter uma renda maior e melhor.

Quero também me manifestar sobre a luta dos policiais civis. Não estive no dia de ontem aqui, mas quero dizer que é uma luta justa.

(Passa a ler.)

"Na luta pela dignidade profissional, servidores da Polícia Civil de Santa Catarina estão mobilizados desde o dia 29 de julho, quando entraram em greve. Sendo que na terça-feira (31/7) o Tribunal de Justiça de Santa Catarina considerou, infelizmente, ilegal a greve da Polícia Civil e determinou imediato retorno ao trabalho.

A luta dos servidores é justa, está buscando o reconhecimento da Lei estadual n. 453/09, que institui plano de carreira do grupo segurança pública - Polícia Civil. Dentro dessa lei estão os agentes da Polícia Civil que são reconhecidos como sendo nível 3º grau, carreira técnico-jurídico. Porém, a proposta apresentada pelo governo não corresponde a esses propósitos, que prevê uma proporcionalidade remuneratória salarial entre delegados e demais funções.

Segundo o sindicato dos policiais civis de Santa Catarina, os dados oficiais mostram que desde 2007 a corporação perdeu quase mil policiais, o que faz com que o efetivo seja praticamente o mesmo de 30 anos atrás.

A corporação deveria contar com 5.997 servidores, mas atualmente possui 3.179. Os servidores da Polícia Civil atuam em diversas áreas: investigação de crimes, prisão de acusados dos delitos/crimes, confecção de documentos, como carteira de identidade e carteira de motorista, perícias no Instituto Geral de Perícias.

O baixo salário, defasado há mais de dez anos, é considerado um dos piores entre as Polícias Cíveis de todo o país.

Fazemos esta manifestação porque queremos resgatar o compromisso que este governo tem, pois na verdade há uma lei aprovada que precisa ser cumprida.

Acreditamos que a valorização de todos esses profissionais, principalmente da Segurança Pública, significa qualidade de vida a todos os catarinenses."

Quero fazer este registro com relação à luta dos policiais civis, que é justa, assim como a dos professores, dos servidores da Saúde e da Educação.

Por último, srs. deputados, quero chamar a atenção do deputado Padre Pedro Baldissera com relação a um acontecimento que ainda mexe muito conosco, que é o assassinato do vereador de Chapecó, Marcelino Chiarello. Todos aqui têm informações a respeito. Eu já falei várias vezes nesta tribuna com relação ao acontecido.

Os deputados Padre Pedro Baldissera, Neodi Saretta, Volnei Morastoni, Jailson Lima, Dirceu Dresch, a deputada Ana Paula Lima e este deputado estiveram participando de uma audiência com o Ministério Público de Santa Catarina, para pedir uma investigação a respeito.

Esta semana recebemos um laudo extremamente detalhado muito bem feito, muito bem elaborado, deputado Sargento Amauri Soares, pelos peritos da USP, da Medicina Legal da Universidade de São Paulo, que é uma das áreas mais bem respeitadas deste país quando se trata de Medicina Legal.

A perícia que analisou a morte do vereador fez ações que de fato comprovaram a seriedade e a gravidade da situação.

Mas quero apenas trazer algumas informações, sr. presidente. Dentre essa equipe estava junto na análise dos fatos, na análise cadavérica, na análise dos laudos existentes, na análise *in loco*, na casa onde ele foi assassinado, nada mais nada menos do que um físico, um neurologista da USP, um otorrinolaringologista e o Munhoz, que é um dos

peritos mais respeitados deste país, que inclusive foi o que descobriu as ossadas da ditadura militar no cemitério de São Paulo. Ele identificou as ossadas de várias pessoas que foram assassinadas na ditadura militar.

Esse perito que coordenou essa análise e todo esse estudo fez questão de visitar, de forma muito silenciosa, a casa do vereador.

Estiveram juntos nessa simulação, além de toda essa equipe, seus alunos da USP, que foram envolvidos. Ele mesmo levou três pessoas do mesmo porte, da mesma estatura do nosso vereador Marcelino, para justamente fazer todos os testes no sentido de encontrar a real situação do que aconteceu no dia 28 de setembro de 2011.

Depois de toda essa análise muito bem feita, estamos com o laudo e colocamos à disposição de todos que assim o desejarem fazer a leitura com seus próprios olhos e convicções. Mas é um relatório extremamente bem feito, bem elaborado, bem estudado, que coloca inclusive em xeque todo o estudo que foi feito anteriormente nos laudos, e a conclusão é homicídio, não há dúvida.

Portanto, eu, como deputada, como professora, como colega ex-vereadora, exijo que o Ministério Público, que tem poder de investigação, porque a PEC n. 37 não foi aprovada, investigue de fato o que precisa ser investigado e coloque na cadeia quem mandou e quem assassinou o nosso vereador Marcelino Chiarello.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero aproveitar este espaço para trazer a esta tribuna um debate novo, mas de uma importância extraordinária para a nossa sociedade. Trata-se do gás de xisto. Este é, talvez, um termo não muito socializado, mas que entre vários estudiosos se torna para cada um nós uma ameaça e um perigo à sociedade.

Solicito à assessoria que, inicialmente, projete o pequeno vídeo que tenta retratar um pouco dos efeitos do gás de xisto.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Deputado Neodi Saretta, v.exa. que preside a comissão de Meio Ambiente desta Casa, saiba que esta é uma temática extremamente preocupante que deve suscitar profundos debates na sociedade brasileira e mundial, tendo em vista as consequências que isso representa ao ser humano e ao meio ambiente como um todo.

O professor Luiz Fernando Scheibe, numa audiência na Câmara federal, articulada e organizada pelo nosso deputado federal Pedro Uczai, relatou as preocupações e os cuidados que devemos ter.

No dia de ontem este plenário aprovou também uma moção pedindo à presidente Dilma Rousseff que seja tomada alguma providência, antes de ser feito um profundo estudo das consequências que isso representa, no sentido de suspender a exploração do gás de xisto em nosso país. Inclusive o professor Luiz Fernando Scheibe escreve uma carta relatando a sua grande preocupação e que nós temos, necessariamente, que aprofundar esse debate com a sociedade.

Então, entendo que nessa direção estamos construindo uma pauta de debates articulada e organizada com o deputado Pedro Uczai. E queremos fazer isso em nosso estado e em outras regiões do nosso país, para que possamos buscar alguma estratégia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham nesta sessão pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, dizer a v.exa., deputada Luciane Carminatti, que

me solidarizo com a bancada do Partido dos Trabalhadores e também com os companheiros de outros partidos pelo movimento popular na cidade de Chapecó, pelo falecimento do nosso companheiro, permita-me dizer assim, Marcelino Chiarello. Tivemos uma relação muito intensa. Eu, particularmente, nunca acreditei na tese de suicídio. Conhecendo o Chiarello na cidade de Chapecó ou aqui mesmo nesta Casa, que era um lutador social, tinha profunda convicção sobre a necessidade de se lutar sempre, acho absolutamente inverossímil a tese de suicídio.

Então, no que puder contribuir, evidentemente dentro das possibilidades, contribuirei. E eu, como leigo na área, não posso afirmar desta forma, mas desde aquela manhã de dezembro, quando fui informado por telefone pelo Sargento Nereu, tenho a convicção de que o Marcelino Chiarello foi assassinado. E isto precisa ser mais bem investigado, reaberto o inquérito, para que se possa prosseguir na busca pela verdade.

Quero também, assim como fez v.exa., deputada Luciane Carminatti, me solidarizar com os trabalhadores da segurança pública que estão em campanha salarial, embora eu seja suspeito porque também sou um deles, sou policial militar.

Estiveram ontem à tarde, nesta Casa, os policiais civis, a demanda deles é justa, a maioria dos seus pontos de vista é comum com os nossos pontos. Eu gostei muito da fala dos representantes da categoria nesta tribuna e por isso entendo que é justa a demanda dos policiais civis.

Enfim, gostei muito do pronunciamento de todos, especialmente o do Arilson Nazário, o último a falar, que é o diretor-geral do Sinpol de Santa Catarina, pois frisou por duas vezes, em apenas três minutos que teve para falar, o seguinte: não devemos contrapor policiais civis e policiais militares neste debate porque precisamos nos unir e ver qual a política salarial justa para todos os servidores da segurança pública. Alguns inclusive propalaram que na Assembleia Legislativa

trabalha-se somente seis horas por dia e que eles trabalham oito horas.

Se este debate na cúpula é assim, digo que aqui na base todos nós trabalhamos bem mais que seis horas ou oito horas diárias. Esta é a realidade. Qualquer análise comprometida com a verdade não poderá negar que os policiais militares e os policiais civis da base trabalham mais que a jornada normal e que precisam receber por isso.

Este assunto continua, as categorias estão mobilizadas, acho que isso é importante, existe o processo de negociação com o governo, e em toda negociação, se for verdadeira, há também tensionamento para ambas as partes. Esse mandato está subordinado às deliberações coletivas dos praças, temos falado muito isso, pela não retirada de qualquer direito e pela manutenção de uma lei que estabeleça uma jornada de trabalho.

Por isso que esse assunto está vindo para o debate, porque é uma questão que ficou em voga, sim, assim como também que o tratamento seja - para usar uma expressão lá de Imbuia - parelho, que não haja discriminação no tratamento salarial dos servidores da segurança pública. Entre as diversas instituições e entre os vários níveis dentro de cada uma das instituições, que o tratamento seja proporcionalmente igual. E aí, com certeza, poderemos ter uma política salarial mais justa para o trabalhador da segurança pública.

Mas quero retornar, hoje, ao tema sobre o qual falei ontem, inclusive porque acho que não fui claro o suficiente ontem quando estava falando desse assunto: o drama da saúde pública no estado de Santa Catarina. E esse drama, a meu ver, tem responsáveis, não é uma pessoa somente. Os responsáveis são todos aqueles que concordam com a tese de que o serviço público não funciona, não pode funcionar, nunca funcionou e não funcionará. É mentira! Porque é justamente essa tese de que há mais de 20 anos neste país, na maior parte do mundo, estão sendo desmanchados os serviços públicos, com todas as suas iniciativas, com isenções para grandes monopólios, e o debate de

que precisa ser mais racional. E o mais racional é tirar recursos dos serviços essenciais, e esses recursos não vão de volta para o povo. Pelo contrário, servem para enriquecer aqueles cada vez mais ricos, a começar pelos banqueiros.

É preciso que tenhamos coragem de dizer que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, tão elogiada, é uma lei de irresponsabilidade social. Se é verdade que o estado tem que ter responsabilidade, que os gestores têm que cuidar bem dos recursos públicos - e é evidente que isso é verdade -, é preciso uma Lei de Responsabilidade Fiscal para dizer isso? A Lei de Responsabilidade Fiscal é, em primeiro lugar, para garantir que os trabalhadores deste país possam continuar com o seu trabalho, com o seu suor, pagando onerosos juros, juros infundáveis, no sistema financeiro internacional. E aí começou o empobrecimento do serviço público.

Infelizmente, esse monstro não tem fim. A era das privatizações já acabou. Isso era na década de 90. É o que pensamos, porque na realidade não acabou, continua aqui e acolá. E quando falo acolá, quero dizer em Brasília, para falar um português mais claro, e quando me refiro aqui é lá no Centro Administrativo, no Palácio do Governo.

Quero repetir aqui, porque os grandes meios de comunicação já têm divulgado, que na saúde as máfias de sugar dinheiro da saúde, que proliferam pelo Brasil afora, têm encontrado no estado de Santa Catarina um terreno farto, um pasto abundante para a sua gulodice.

O Hospital Florianópolis, nesta capital, está fechado há quatro anos para reforma, e a reforma não sai, não sai e não sai! O governo, vendo que numa hora dessas vai ter que sair a reforma, porque não tem mais como justificar, lança um edital para entregar o Hospital Florianópolis para qualquer uma dessas organizações sociais.

Aí, por pressão do movimento, o Ministério Público entra na Justiça e ganha uma liminar mandando trancar o processo de licitação de entrega do Hospital Florianópolis para a iniciativa privada.

No dia 1º de agosto, na semana passada, quinta-feira à noite, o egrégio Tribunal de Justiça derrubou essa liminar, pois no dia seguinte, menos de 12 horas depois, estava o governador em pessoa lá no hospital para comemorar - e eu não posso encontrar outra palavra que não essa - e para dizer a toda a imprensa que irão concluir rapidamente e botar para funcionar o Hospital Florianópolis.

As metas do contrato de gestão para a entrega do Hospital Florianópolis para a iniciativa privada são medíocres. Serão realizados 100 raios "X" por mês, enquanto que antes de fechar faziam essa quantidade por dia. Serão realizadas 50 tomografias por mês, enquanto qualquer outro hospital aqui faz por dia.

E aí, é claro, depois de cumprir a meta, o que a OES vai fazer com o dinheiro público e do Hospital Florianópolis que está sendo reformado com esse dinheiro? Vai deixar o equipamento ocioso? Vai passar verniz no ladrilho para ficar bonito ou, quem sabe, quem duvida, trabalhar para os convênios privados?

Essas são perguntas que precisam de resposta, porque é preciso que se reflita a fundo sobre essas questões! Não é possível que nós esperemos mais dez ou 20 anos para chegarmos à conclusão de que foi um erro ter entregado estabelecimentos públicos de saúde para organizações privadas administrarem com o dinheiro público! E o caos continua se aprofundando porque o objetivo é privatizar e não resolver os problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservados aos Partidos Políticos.

Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo esta sessão, colegas deputados, imprensa e todos que

acompanham esta sessão, venho à tribuna no dia de hoje de forma muito constrangedora, mas necessária, para tentar esclarecer alguns fatos que envolveram o meu nome, na semana passada, através da assessoria de comunicação do Tribunal de Contas do Estado, por iniciativa do auditor e conselheiro substituto Cleber Gavi Muniz, responsável pelo vazamento de uma informação inverídica.

Para ter cuidado com as palavras, com o sentido das frases e para ter cuidado também com os pontos e as vírgulas e até com a ênfase colocada numa entonação, que são fundamentais e preciosas quando os fatos afetam a moral, a honestidade e, principalmente, a credibilidade pública de uma pessoa, passo a ler este meu pronunciamento.

"O meu lamento, sras. deputadas e srs. deputados, não se refere ao trabalho realizado pelos auditores - nada tenho a opor, muito pelo contrário, sou também auditor da secretaria da Fazenda e sei que é um trabalho necessário, importante e que precisa ser estimulado -, mas aos posicionamos contrariamente ao parecer do auditor responsável pela relatoria.

Discordamos do resultado quando busca um culpado a qualquer custo, tarefa fácil para fatos corriqueiros e repetitivos na administração pública, que indicam que o erro está no sistema de controle burocrático e ultrapassado e não nas decisões tomadas pelos infelizes ordenadores primários.

Felizmente, a sabedoria e a experiência da maioria dos membros do TCE, os conselheiros, e principalmente de seus notáveis conselheiros, têm freado os excessos e imputações por meros indícios, frutos de um achismo quase raivoso de alguns e imaginação fantasiosa de outros, restabelecendo o necessário e justo bom senso. Quando falo, estou me referindo, na verdade, a alguns técnicos do Tribunal de Contas do Estado.

A indignação, a revolta que me acomete nesta hora refere-se à iniciativa despropositada e sutilmente agressiva por parte do auditor que tece

comentários e repassa à imprensa dados sobre um processo ainda em fase de consolidação, de um relatório, como se a decisão final fosse e sobre o qual ainda estamos prestando informações, dentro de um prazo legal para as nossas considerações, para a nossa defesa, até o dia 9 de setembro deste ano.

A minha surpresa se tornou ainda maior ao ver palavras não conceituadas devidamente sendo utilizadas de forma descuidada e dados sendo citados num contexto onde não deveriam estar, causando desinformação, interpretações fantasiosas, juízos equivocados, condenação e escândalo. Vejam o rol de palavras e termos constantes nas declarações do auditor: desvio, irregularidades, 50 milhões de reais, pagamentos sem coisas terem sido entregues, conduta ilícita, enriquecimento ilícito, código penal, condenação, improbidade administrativa.

Imaginem, senhores, um cidadão efetuando uma leitura rápida do resumo de tudo isso feito pela imprensa em notas curtas e/ou transcrições nos *blogs*. Conclui-se, com a maior sem-cerimônia, que o deputado Gilmar desviou 50 milhões de reais! Tudo isso dito e alardeado em função de um relatório controverso e opinativo, que recomenda multas ao ordenador da SOL (espero que não só a este deputado) por ter utilizado, dentro da lei aprovada por esta Casa (lei que alguns não gostam), recursos dos fundos para pagamento de custeio e manutenção da Secretaria, FCC, Fesporte e Santur, que originalmente eram pagos com recursos diretos do Tesouro do Estado (os tais 50 milhões).

Essa situação não foi decisão pessoal do secretário, do deputado Gilmar. Quem seria o secretário que tivesse 50 milhões para escolher entre investimento e custeio e colocaria isso em custeio, com o aval jurídico da Procuradoria-Geral do Estado, que o obrigava a pagar o custeio dessas entidades com recursos do Fundo de Esporte, Cultura e Turismo? Esses são os famosos 50 milhões alegados pela auditor.

O relatório recomenda ainda a imputação de débitos, R\$ 9.721,00, como devolução de recursos pelo pagamento de nove notas fiscais, dentre milhares e centenas de um único processo, por um erro de um funcionário administrativo que não tinha o carimbo de aceite. Devido à falta de um carimbo, por um funcionário administrativo, em nove notas fiscais, por isso, estou sendo penalizado com uma multa de R\$ 9.721,00.

Esse erro foi cometido pela administração anterior, na época eu não estava como secretário titular. E este secretário à época não foi chamado para opinar nem para se posicionar no processo.

Da mesma forma, o relatório cita o pagamento de uma nota fiscal de R\$ 5.755,24 sem o recebimento da mercadoria por parte da secretaria de Turismo Cultura e Esporte e atribui a culpa a mim. E está comprovado que a mercadoria foi entregue.

A fiscalização, neste caso, foi superficial e falha, não consultou a fiscalização da Fazenda antes de declarar inidônea uma operação fiscal, ato que não tem atribuição para fazer, tampouco verificou que o que houve foi a substituição da mercadoria e substituição de outras notas fiscais, um erro da área administrativa da secretaria, considerado apenas formal, que na área competente da Fazenda ensejaria apenas uma infração acessória, desde que corrigível, e jamais um crime, como quer o relator.

É tempo de repensarmos atitudes, de corrigirmos conceitos e mudarmos regras, quem sabe até de adotarmos novas normas de fiscalização, mais claras e objetivas, a partir de iniciativa desta Casa.

Como funcionário público, com orgulho Auditor Fiscal da eficiente, inovadora e ética secretaria da Fazenda de Santa Catarina, jamais chamei a imprensa para divulgar uma notificação feita e que ainda seria discutida administrativamente, porque isso é antiético e desrespeitoso.

Entristece-me representar contra um colega funcionário público do estado, porém é preciso um basta, e irei fazê-lo. Um basta às condenações por

indícios, aos exercícios de futurologia penal, às manifestações que visam antecipar julgamentos e influenciar condenações, aos ataques fora do processo. Um basta à citação de artigos, subartigos obscuros e sem clareza e normas inferiores às restrições irregulares imputadas por lei.

E ainda, srs. deputados e sras. deputadas, vejam o parecer do Ministério Público ao Tribunal de Contas, neste mesmo relatório, ou seja, as palavras são do promotor da Promotoria Pública ao Ministério Público:

'Desse modo, entendo que são plausíveis as justificativas apresentadas pelo responsável, o que torna suficiente para descaracterizar a infração e a imputação de débito.'

Da mesma forma, ainda no mesmo relatório: 'não indica que houve o dano ao erário, pois a falta de rigor técnico nos dados em que se baseou a Instrução não permite firmar convicção de que, efetivamente, deixou de compor o erário público.'

Portanto, nem ao Ministério Público este relator teve o cuidado e o zelo de ver as suas manifestações.

Santa Catarina tem, ao longo dos anos, um Tribunal de Contas exemplar, na figura de seus conselheiros. E nunca vi, nos meus longos 20 anos de vida pública, algum deles se manifestar pela imprensa sobre um parecer, uma votação, uma fiscalização, uma auditoria em andamento, até porque é vedado pelo Regimento Interno do Tribunal de Contas, no seu art. 271, que diz:

'É vedado ao conselheiro do Tribunal de Contas manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento ou fazer juízo depreciativo sobre decisões do Tribunal de Contas, ressalvadas as contidas nos autos.'

Portanto, esse auditor conselheiro substituto, e esta é outra questão que vamos verificar, pois como é que pode um auditor ter voto e ser relator de processos? É o oitavo conselheiro por acaso? Esta Casa, por acaso, aprovou matéria relativa ao aumento de conselheiros para o Tribunal de Contas?

Lembro que são sete. Além disso, como é que pode um funcionário público que tem que ter zelo, responsabilidade, ir à imprensa divulgar fatos inverídicos que ainda estão na fase de julgamento?

Por isso, quero dizer a todos os meus colegas deputados que irei representá-lo, sim, administrativamente e judicialmente, para que, enfim, acabe-se com essas coisas que ainda acontecem, infelizmente, em alguns órgãos do serviço público de Santa Catarina."

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Carlos Chiodini, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio AleSC, telespectadores da TVAL, pessoas que nos acompanham no plenário da Assembleia Legislativa, nesta tarde de quarta-feira, assomo hoje à tribuna, deputada Dirce Heiderscheidt, para discorrer sobre um trabalho que estamos realizando desde o ano de 2012, que é o Projeto de Lei Complementar n. 0012/2012, de nossa autoria, que está tramitando nesta Casa e que prevê a inclusão dos alunos de educação a distância, dos alunos de curso superior em educação a distância, no programa de bolsas de estudo do governo estadual.

A intenção não é nada mais do que fazer justiça aos 50 mil estudantes do EAD, como é conhecido o ensino a distância do nosso estado, que hoje estão alijados do processo de concessão de bolsas previsto no art. 170 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Durante todo o mês de julho percorremos algumas regiões do estado, e o primeiro ciclo de discussões foi buscar, em audiências públicas, apoio, adesão e explicação do projeto.

Neste momento, as fotos estão sendo apresentadas no telão do plenário para divulgar o projeto aos alunos do EAD, às instituições, às

entidades, aos sindicatos de professores, às pessoas ligadas à educação que participaram desta primeira etapa.

Deputada Dirce Heiderscheidt, mais de duas mil pessoas participaram de reuniões realizadas nas cidades de Guaramirim, Joinville, Indaial, Balneário Camboriú, Rio do Sul e Palhoça, ocasião em que pudemos contar com a presença de v.exa. e da deputada Angela Albino. E em todos esses encontros constatamos a unanimidade na aprovação e no apoio ao projeto na questão básica de atendermos aos estudantes do EAD e aumentar ainda mais o número de catarinenses no ensino superior a distância.

O sistema de educação a distância hoje é, sem dúvida alguma, o maior fenômeno de inclusão no ensino superior da história da educação brasileira. Graças à educação a distância o ensino superior consegue chegar a locais onde jamais seria possível. Mais de 70% dos alunos do EAD são os primeiros de suas famílias a fazer o curso superior. A idade média desses estudantes é de 35 anos, ressaltando que a grande maioria já havia abandonado a educação formal, ou seja, a mais difundida ou a que nós conhecemos ou estudamos, a educação presencial.

Vale destacar nessa seara o perfil do aluno, do estudante a distância em curso superior. Os alunos do EAD se diferenciam dos alunos da educação presencial. É nítido o perfil distinto, a maioria deles são mais velhos, com 35 anos em média, enquanto que na educação presencial essa média cai para 26 anos. No EAD a renda familiar é mais baixa, 46% dos alunos têm uma renda familiar de até três salários mínimos, enquanto que na educação presencial esse nível cai para 37%. E na origem familiar é possível perceber que os alunos da educação presencial provêm de famílias que têm na maioria o pai ou a mãe já com ensino médio ou superior concluído. Já no EAD apenas de 18% a 24% dos alunos vêm de famílias com pai ou mãe com ensino médio ou superior concluído.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Quero cumprimentar v.exa. que fez um extenso calendário para levar esses projetos ao conhecimento dos estudantes do ensino a distância, os quais certamente terão apoio de outros parlamentares aqui, entre os quais eu me incluo, a deputada Dirce que também tinha discutido a questão do serviço social. Tenho certeza de que v.exa. vai capitanear esse movimento aqui. Muitos de nós estaremos juntos.

Quero dar parabéns pelo sucesso desses momentos que foram feitos no estado inteiro e destacar que às vezes os Parlamentos aparecem no recesso, ocasião em que não há nenhuma atividade, e essas audiências públicas aconteceram durante o período de recesso. Isso mostra que este Parlamento, ao contrário do que às vezes é dito, está mais perto ainda das pessoas durante esse período.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Obrigado pelo aparte, deputada, e também pelo apoio do seu mandato, tanto na divulgação em defesa de projetos relacionados ao tema quanto na participação da audiência pública de Palhoça, como já citei.

São alguns dados para ilustrar e para desmistificar até o preconceito que ainda existe mesmo que proibido, que aprovado em lei no estado de Santa Catarina, no ano de 2010, pelo ex-deputado Professor Grando, e sancionada pelo à época governador Luiz Henrique da Silveira que destacou a importância de reconhecer e proibir a discriminação dos alunos advindos do ensino EAD nas diversas funções.

Na prática isso ainda não acontece. Encontramos dificuldades em especial no curso de assistência social, em que os alunos prestes a se formar encontram dificuldade em achar monitores para fazer o estágio supervisionado por protecionismo do Conselho Regional, mas essa é outra questão que também foi debatida neste Parlamento, provocada pela Associação dos Estudantes do Ensino a Distância, cujo presidente

é o sr. Luciano Formighieri, e pela deputada Dirce Heiderscheidt, em 2011.

Os cursos de educação a distância são absolutamente regulares, autorizados e reconhecidos pelo MEC, exatamente iguais aos cursos presenciais. Em 2004, eram pouco mais de 40 mil alunos em graduação em EAD, em todo o país. Hoje são mais de um milhão, respondendo por mais de 15% de todas as matrículas do ensino superior brasileiro, apenas na graduação.

Nos exames que medem a qualidade (Enade), ou nos concursos públicos e testes seletivos, cada vez mais os alunos de EAD têm se igualado e até superado os alunos de cursos presenciais.

É mais do que justo que esses estudantes também possam concorrer a bolsas de estudo do sistema educacional do estado. Não faz o menor sentido que alunos em cursos regulares de educação a distância, cidadãos deste estado, que também pagam seus impostos, sejam tratados de forma discriminatória pelo estado, sendo impedidos de concorrerem às bolsas oferecidas pelo governo.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, assomo a esta tribuna no dia de hoje para solicitar o apoio de vossas excelências para a aprovação deste projeto que continua em tramitação nesta Casa, cujo relator é o deputado Aldo Schneider, e que pode contribuir muito para o desenvolvimento do setor educacional deste estado e para o crescimento econômico, inserindo profissionais competentes e capazes no mercado de trabalho.

Ainda para terminar, gostaria de fazer o registro de um caso preocupante, que é o avanço de casos de gripe A na cidade de Jaraguá do Sul já causou uma série de mortes e centenas de internações nos hospitais do município. O prefeito Dieter Hansen tem enfrentado o assunto.

Nós temos usado o nosso mandato para representar a nossa sociedade indefesa. É um caso de saúde pública e preocupa muito. O governo, sensibilizado, ofereceu ao município de Jaraguá do Sul dez mil doses de vacina contra a gripe A.

Vale ressaltar que do grupo de risco 93%, quase 94% das pessoas inseridas, que é o que a política nacional de saúde determina que sejam vacinadas, foram vacinadas. No entanto, grande parte das pessoas ou a maior parte, o grupo economicamente ativo, vamos assim dizer, não está incluída no grupo de risco, e milhares de pessoas não foram vacinadas. Daí o nosso esforço para que pessoas que ainda estejam no grupo de risco ou outras que possam ser consideradas pela atividade profissional não somente pela idade, por exemplo, os professores, dentre outras pessoas que convivem ou que trabalhem em empresas com ambientes fechados ou com aglomerações de várias pessoas, também tenham acesso à vacinação preventiva da Gripe A.

Nós estamos fazendo o possível e, no entanto, não há outra medida melhor do que a prevenção. A prevenção que já é debatida há muito tempo no Brasil, especialmente, em Santa Catarina, tem que ser levada a sério. Tem que se seguir as orientações da secretaria da Saúde.

O prefeito Dieter se colocou à disposição da prefeitura para atender à quantidade de vacinas que forem precisas, nos próximos dias, para imunizar a nossa população.

Fica o registro também desse assunto da Gripe A, pela preocupação local, pelo tema que já é frequente na mídia catarinense e que precisa ser enfrentado, evidentemente, com ações e investimentos do Poder Público e com cuidados especiais, seguindo as recomendações de prevenção do Poder Público, da secretaria da Saúde, seja municipal, estadual ou do próprio ministério da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Baldissera) - Sargento Garcia, este deputado agradece de coração o presente que recebi.

Somente para lembrança, o deputado Manoel Mota foi cônsul e atuou nos juniores do Grêmio. Acho que faz jus essa homenagem a esse time que foi campeão mundial, com respeito aos colorados.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham pela TVAL e as pessoas que estão presentes, quero saudar todas as lideranças aqui presentes, quero registrar que hoje recebemos muitas visitas no gabinete e na Assembleia, principalmente, da região de Itajaí, Balneário Camboriú, a maioria manifestando o seu contentamento com a questão dos investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, onde o governo do estado deve investir em torno de R\$ 50 milhões para o novo hospital, assim como no hospital regional do oeste. Essa é uma visão que atende a todo o estado de Santa Catarina: o governo do estado investindo R\$ 50 milhões no Hospital Regional de Chapecó e também a mesma importância, R\$ 50 milhões, no Hospital Marieta Konder Bornhausen.

Sabemos da demanda da saúde, da preocupação da população e tivemos essa conversa com várias lideranças. E, ontem, nós tivemos, nesta Casa, a manifestação do presidente do Sinpol - Sindicato dos Policiais Civis de Santa Catarina. E sabemos do esforço do governador Raimundo Colombo, do secretário da Fazenda, Antônio Marcos Gavazzoni, principalmente este que conduz os estudos com as categorias policiais, para resolver a questão salarial. O Sinpol fez uma exposição de motivos com suas razões, e o governo do estado também tem suas razões e preocupações.

Uma das grandes preocupações da categoria, além da questão salarial, é a da manutenção da qualidade dos serviços. E para manter isso é preciso que possamos manter o efetivo. Infelizmente, ao longo da história, quando o Sinpol fala em descaso na segurança, reclama-se de situações históricas que vivemos, com alguns governos com pouco ou quase nada de investimentos na segurança pública, ao contrário do que estamos

presenciando nesse governo, quando são muitos investimentos, como o Pacto da Segurança que prevê a aplicação de recursos nessa área.

Um dos problemas que enfrentamos é que em alguns períodos deixou-se de fazer concursos para a Polícia Civil, chegando a uma defasagem muito grande do efetivo, pois, em 2009, fizemos o maior concurso da história da Polícia Civil, para 900 vagas. Foram chamados mais de 900. E temos, hoje, um registro de 1.217 desligamentos, desde 2007. Então, é muito grande o número de desligamentos na Polícia Civil e na Segurança Pública como um todo, por aposentadoria, por falecimento e principalmente alguns desligamentos em razão de novos concursos.

Os jovens policiais aprovados na instituição são capacitados, fazem concursos para outras atividades e acabam sendo chamados para vagas no Ministério Público, nos Tribunais, no Poder Judiciário e, claro, com salários mais atrativos. Então, muitas vezes, o empenho, a dedicação, o sonho de ser policial faz a pessoa, pela questão familiar, acabar trabalhando em outra atividade.

Então, saúde e segurança são os pleitos primordiais que a sociedade tem buscado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e muito especialmente público que nos acompanha especialmente pela TVAL, tenho a imensa alegria de anunciar que a comissão de Saúde da nossa Assembleia Legislativa está realizando a primeira consulta pública pela Internet. É a consulta pública n. 001/2013.

Podemos dizer que nos consta salvo outra informação. Pelo que nos consta, é a primeira consulta pública em que esta Casa utiliza a

Internet para poder ter uma interlocução com a população do nosso estado sobre um projeto de lei que está sendo elaborado, que na verdade nós resolvemos chamá-lo de anteprojeto de lei, que trata das PICS, das práticas integrativas e complementares na saúde. É a proposta de implantar a homeopatia, a acupuntura, as plantas medicinais, fitoterapia, termalismo, e poderíamos ir citando outras, na rede pública do nosso estado.

Essa proposta está em consonância com o que emana do ministério da Saúde e também com o que está sendo já implantado e realizado em vários estados da nossa federação. Em vários estados brasileiros, em vários municípios, em consonância com o ministério da Saúde, estão sendo implantadas essas práticas integrativas e complementares.

Na verdade, elaboramos um anteprojeto de lei, através de uma subcomissão que criamos na comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. Essa subcomissão está integrada por participantes dos conselhos regionais da área da saúde, conselho da Medicina, da Psicologia, da Fisioterapia, da Enfermagem, da Farmácia. São vários conselhos profissionais e outras entidades profissionais da área da saúde que então há muitas mãos, desde o ano passado, durante todo o período deste ano até agora, elaborando um anteprojeto de lei propondo a adoção dessas práticas integrativas e complementares na saúde do nosso estado.

Então, esse anteprojeto de lei é o que está indo para a consulta pública, portanto, vamos ter um prazo até dia 20 de agosto. E agora solicito à assessoria que pudesse expor no nosso telão do plenário exatamente como as pessoas podem acessar essa nossa consulta pública pela internet. Basta entrar no site www.alesc.sc.gov, na página principal da Assembleia Legislativa, em seguida vamos encontrar um *baner* da comissão de Saúde que anuncia a consulta pública n. 001/2013, que a princípio estaria aí até a data de 20 de agosto, mas a pedido de várias entidades vamos prorrogar por mais um prazo, ainda não definido.

Continuamos mostrando no telão do plenário a explicação para o cidadão catarinense que tenha

interesse em participar, porque essa é uma forma de democracia direta, de participação popular, quando a nossa Casa já realiza, através dos mecanismos de audiências públicas descentralizadas, por todo estado, reuniões, porque somos uma Casa aberta, o Poder Legislativo é um poder aberto, onde os cidadãos têm livre acesso ao plenário, às comissões, aos gabinetes, mas temos que criar instrumentos legais, instrumentos realmente palpáveis dessa participação direta, dessa participação popular nos projetos, nas matérias que tramitam nesta Casa. Então, a consulta pública pela internet hoje é um instrumento poderoso.

(Passa a ler.)

"E como ali está dito, a comissão de Saúde da Alesc, com aprovação de seus membros, coloca em consulta pública o anteprojeto de lei que institui as políticas de práticas integrativas e complementares do Sistema Único de Saúde - que institui as atividades das práticas no âmbito do SUS. As sugestões e contribuições devem ser encaminhadas em formulário próprio".

Agora vou explicar o próximo passo para o cidadão catarinense que vai adentrar nesse *site*. Então, tem duas opções, primeiro, o cidadão vai encontrar o texto do anteprojeto de lei, e os interessados vão poder ler esse projeto, se debruçar sobre o texto e apresentar propostas. A segunda opção é o mesmo texto do projeto de lei, mas está desdobrado em 12 partes. São os artigos, e cada cidadão catarinense participante pode opinar, seja objetivamente ou subjetivamente, sobre cada um desses artigos, preenchendo um cadastro que vai trazer informações importantes para todos nós sobre essa participação da cidadania catarinense na consulta pública que a Assembleia Legislativa oferece.

Essas propostas estão em consonância com os dois seminários de Práticas Integrativas e Complementares na Saúde que realizamos, um no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no ano passado, cuja secretaria estadual da Saúde já institucionalizou essas práticas na rede pública

estadual do Rio Grande do Sul. E agora neste ano, no início de julho, tivemos o segundo seminário da região sul, aqui, na nossa Assembleia Legislativa, reunindo representantes também do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Esses seminários estão acontecendo pelo Brasil, sendo que agora nos dias 20, 21 e 22 de agosto, por exemplo, estará acontecendo em Minas Gerais, estado que já está bem avançado na implementação dessas práticas.

Antigamente chamávamos de Medicina alternativa, mas, hoje não são mais chamadas assim porque, na verdade, todas essas práticas terapêuticas devem estar integradas e ser complementares. Por isso práticas integrativas, porque elas se integram, uma não exclui a outra, e por esse motivo elas são complementares. A nossa Medicina tradicional, ocidental, complementa-se com a Medicina chinesa, com outras práticas de saúde do mundo e também com outras formas da ciência popular na área da saúde.

Portanto, tenho certeza de que é um primeiro momento de uma prática importante que a nossa Casa poderá dispor nesse diálogo permanente, até em consonância com o que vem das ruas também, porque nós temos que exercer uma política cada vez mais em sintonia com os clamores da população para que os nossos projetos, depois de tramitarem nas nossas comissões técnicas, que discutem a sua constitucionalidade, sejam votados em plenário. Mas que também possamos ouvir e incorporar a participação da população!

Finda essa parte, vamos encaminhar ao governador do estado para que sua excelência possa, então, encampar na forma de um projeto a ser encaminhado a esta Casa. E, após ser aprovado, temos certeza de que poderemos, em breve, ter implantado em todo estado de Santa Catarina para que a secretaria estadual comande uma grande política, em consonância com o ministério da Saúde e em articulação com os municípios, e possa difundi-la pelo nosso estado.

Devo dizer àqueles que têm acesso a essa prática que ela é resolutiva, é de alto grau de

satisfação para os seus usuários, e também tem baixo custo, o que é importante para a saúde pública. Os profissionais que a praticam pensam de uma forma holística, de uma forma integral, de uma forma mais humanizada e acolhedora. Por isso, acho que é inadiável que Santa Catarina também se integre com essa prática.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado José Milton Scheffer, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Caro deputado Padre Pedro Baldissera, em seu nome também cumprimento todos os nossos colegas deputados.

Faço um cumprimento muito especial ao nosso suplente do PPS, o deputado Taxista Voltolini, a quem quero dar as boas-vindas nesta Casa.

Gostaria, caro presidente, nesta tarde, também de relatar aqui os encaminhamentos dados por Santa Catarina no projeto Saúde+10.

Nessa última segunda-feira estivemos em Brasília, acompanhados do deputado Volnei Morastoni, do secretário-adjunto Acélio Casagrande, de lideranças da Federação dos Hospitais e de representantes da Associação dos Hospitais de Santa Catarina, para participar do ato de entrega de quase dois milhões de assinaturas no projeto de lei de iniciativa popular, deputado Silvio Dreveck, que tem como objetivo resolver de maneira institucional a questão do financiamento da saúde pública no país.

Depois de tanto debate e de tantas ações, a conclusão que se chegou é que há uma excelente lei para a saúde pública, mas não há recursos financeiros suficientes para montar as estruturas dos hospitais, para remunerar adequadamente os profissionais, para equipar melhor as unidades de saúde.

Santa Catarina, nesse projeto Saúde+10, deu um grande exemplo de cidadania para todo o país. O nosso estado, com apenas seis milhões de eleitores, contribuiu com 171 mil assinaturas. Somos, em percentual, o segundo estado brasileiro em número de assinaturas coletadas, perdendo apenas para Minas Gerais.

Por isso, temos aqui, em nome de todas as entidades, instituições que participaram desta campanha em Santa Catarina, que agradecer às pessoas, às organizações que ajudaram, por todo estado de Santa Catarina, na coleta de assinaturas.

Foi uma campanha maravilhosa, uma campanha num grande conteúdo de cidadania, onde as pessoas não estavam apenas assinando, não apenas colocando a sua assinatura, estavam colocando ali um pedido ao governo federal para colocar mais recurso na saúde, melhor estrutura nos hospitais, em defesa da vida.

São dois milhões de assinaturas de brasileiros, eleitores brasileiros, em defesa da vida. É isso que esse abaixo-assinado significa. Ele foi entregue, na tarde desta segunda feira, à Câmara Federal, ao presidente da Câmara Federal, deputado Henrique Alves, juntamente com entidades de cunho nacional, como a CNBB, a OAB, várias federações de profissionais da área da saúde, de hospitais, de médicos, de enfermeiros, todos unidos num único objetivo, melhorar a saúde pública.

Hoje os municípios brasileiros já colocam em torno de 24% do seu orçamento em saúde, quando a obrigação é apenas 15%. O estado já coloca os seus 12% e ainda não chega. Mas a união, o governo federal, independente de quem esteja presidente ou não, ao longo da sua história, vem diminuindo o valor de recursos aplicados em saúde.

É isso, telespectador, que está causando o caos e a crise nos nossos hospitais. O governo federal, no ano de 2012, aplicou apenas 4% do seu orçamento de saúde, contra 24% das cidades. E quero aqui parabenizar os prefeitos que têm feito a sua parte, mas é preciso que o governo federal,

que o ministério da Saúde, coloque 10% de todas as receitas correntes brutas em Saúde.

Esse projeto, que é uma emenda na Constituição, vai garantir isso ao ministério da Saúde, vai garantir condições de financiamento para tocar todos os programas. Não adianta criarmos mais projetos, mais programas, se não tiver dinheiro para tocar.

Hoje, a maioria dos municípios tem uma fila enorme de exames, uma fila enorme de cirurgias. Já chega, a sociedade brasileira disse através desse abaixo-assinado, todos, que chega de pessoas morrendo nas filas, chega de pessoas aguardando por um ano, dois anos ou cinco anos, para receber uma cirurgia, neste país. É hora de um basta!

A palavra, agora, está com a Câmara Federal, com os deputados federais. É preciso urgência na tramitação. E quero aqui pedir o apoio de todos os deputados, também dos telespectadores, para acionarem os seus deputados federais, pedindo celeridade na análise do projeto de emenda constitucional Saúde+10, que objetiva garantir esse financiamento.

É preciso que a sociedade continue vigilante, continue acompanhando esse projeto, para que ele não seja engavetado. É muito difícil, deputado Voltolini, alguém sentar em cima de dois milhões de assinaturas, mas em Brasília nós já vimos muitas coisas acontecerem.

Por isso, é preciso ter pressão popular, sim, é preciso acompanhar em cada comissão, para que até o final deste ano o Brasil aprove uma lei que vá mudar de vez a história da Saúde, a qualidade no atendido na saúde, para todos os brasileiros.

É isso, aqueles dois milhões de assinaturas querem dizer isso. É um grito pela vida, por melhores hospitais, por melhor atendimento. É disso que o Brasil está precisando.

Não adianta importar médico para examinar o paciente, mas depois não ter para onde mandar esse paciente. É preciso mais dinheiro na saúde pública.

A Frente Parlamentar em defesa da saúde catarinense fez a sua parte nessa campanha.

Queremos aqui agradecer às Câmaras de Vereadores, aos hospitais, agradecer às diversas organizações, à pastoral da saúde, que trabalhou firme nesta campanha, a todos que nos ajudaram.

Essa etapa foi cumprida. Vamos continuar vigilantes, deputada Dirce Heiderscheidt, para que a Câmara Federal também faça a sua parte.

É preciso agora manter-nos vigilantes. Não vamos deixar esse projeto engavetado em nenhuma gaveta, seja da Câmara Federal ou do Poder Executivo federal. Chegou a hora de mudarmos de uma vez por todas.

Por isso, fica o agradecimento, mas também o convite para continuarmos vigilantes, a fim de transformar a saúde deste país.

Obrigado, presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, queria usar estes cinco minutos do Pcdob para compartilhar com todos e com todas sobre o nosso encontro ontem na Assembleia Legislativa, através do nosso mandato, que foi uma homenagem aos 25 anos da União Brasileira de Mulheres que, por sua vez, homenageou várias entidades parceiras do Movimento de Mulheres no trato das questões não apenas ligadas às mulheres, mas da promoção da igualdade, da promoção da dignidade humana, que é tão típico no Movimento de Mulheres.

Quero, na oportunidade, agradecer ao jornalista Victor, que está aqui, pela bela matéria que fez, e já a enviamos para a UBM nacional.

A UBM vem se debruçando nesses 25 anos, coincidindo com o período de redemocratização do país, particularmente na questão do enfrentamento da violência contra as mulheres, e é um tema que aqui em Santa Catarina também temos grande

preocupação. De um lado, é a questão do enfrentamento da violência, do outro, é a pauta nacional, e também é pauta aqui, que é a possibilidade da articulação, do estímulo, da inspiração para que mais mulheres ocupem o espaço de poder.

Santa Catarina é o estado que tem a menor participação política de mulheres; é o estado que tem a maior desigualdade entre homens e mulheres e também é o estado em que carecemos imensamente de políticas públicas para as mulheres. Carecemos de uma articulação verdadeira em torno dos temas ligados às mulheres.

Recentemente, foi aprovado aqui, e a pedido da nossa bancada feminina o governo do estado nomeou a nova coordenadora de mulheres, pois ficamos meses sem a coordenadoria funcionando, assim como outras coordenadorias também. É uma coordenadoria que não é estruturada, que não conta com a condição mínima dessa grande tarefa, que é de poder concentrar os esforços do governo em torno da articulação de políticas públicas das mulheres.

Não por acaso, já quase no fim do recesso parlamentar, estive na Câmara Federal, no gabinete da deputada Jô Moraes, do PCdoB de Minas Gerais, que presidiu a comissão Mista Parlamentar de Inquérito sobre a violência contra as mulheres no Brasil.

Essa comissão veio a Santa Catarina, aliás, não foi recebida pelo governador, esteve no Tribunal de Justiça, esteve em algumas delegacias, esteve na Assembleia Legislativa, dialogando com o movimento social, e o diagnóstico é que nos falta diagnóstico.

Sequer temos um diagnóstico, pela subnotificação que tem de um lado, mas também pela desarticulação do governo do estado, que não é exclusividade de um governo, mas de um processo histórico que é parte dessa invencibilidade a que estão condenadas as mulheres, em particular na questão da violência.

Não dispomos de números para poder enfrentar essa violência que já foi mais silenciosa, uma vez que a Lei Maria da Penha permitiu que as mulheres

tivessem mais coragem de enfrentar a violência que ainda assola a sua grande maioria, uma grande parte, um grande número no Brasil inteiro.

Aqui em Santa Catarina carecemos de mecanismos mínimos para o enfrentamento da violência. Um dos diagnósticos, um dos apontamentos que a comissão Parlamentar Mista de Inquérito fez em Santa Catarina é que não temos uma única delegacia da mulher. Aí se diz: "Mas temos a delegacia da mulher, existem 12." Não, nós temos delegacias de desgraçados de toda ordem: mulheres, menores em conflito com a lei, idosos. Nesse sentido, algumas delegacias têm que fazer algumas placas enormes para poder caber o nome da delegacia. Não é a Delegacia da Mulher. V.Exas. vejam o que aconteceu no 6º DP, em que a mulher agredida vai para a delegacia e dentro da mesma delegacia está o jovem que fez a violência contra ela.

Nós não podemos conviver com isso, nós não temos um orçamento que mostre uma disposição governamental sobre a questão das mulheres, em particular essa questão do diagnóstico. E agora tramita um projeto de lei aqui, na Casa, para tentar corrigir isso. A partir do diagnóstico, nós criaremos políticas públicas efetivas das mulheres.

Por isso, as entidades das mulheres que se dispõem a essa luta precisam ser todos os dias homenageadas. Não apenas no dia como ontem, comemorando os 25 anos da UBM, mas de todas essas entidades que fazem esse esforço, que fazem essa discussão que traz esse tema. E aqui na Casa eu digo com muito orgulho e com muito carinho que conseguimos construir uma unidade, entre as quatro parlamentares, que nos permite pautar esse debate para além das nossas diferenças políticas.

Temos conseguido alguns avanços, recentemente encampando a discussão das mulheres policiais militares excluídas do concurso público em função da limitação da altura. Mas a bancada tem feito um esforço para criarmos ações conjuntas para superar esse estado de desigualdade em que ainda se encontram as mulheres. Muito já se avançou, muito já se conquistou, mas muito ainda precisamos

construir, particularmente superando a violência que ainda é a realidade de muitas mulheres.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passamos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou despacho saneador ao Projeto de Lei n. 0214/2013.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0021/2013, 0076/2013, 0163/2013.

Passo a presidência dos trabalhos ao deputado Joares Ponticelli.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Também, a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0181/2013, 0182/2013, 0190/2013, 0191/2013 e 0195/2013.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável do Ofício n. 0519/2013.

A comissão de Saúde apresentou parecer favorável das seguintes matérias: Ofício n. 0219/2013, 0238/2013, 0258/2013, 0281/2012, 0484/2012, 0659/2012.

Há na pauta três mensagens de veto que serão retiradas e apreciadas nas próximas sessões.

Esta Presidência comunica que encaminha aos destinatários, conforme determina o Regimento Interno, as Indicações n.s: 0474/2013, 0475/2013, 0476/2013, 0477/2013, 0478/2013, 0483/2013, 0484/2013, 0485/2013 e 0486/2013 de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0479/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0480/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0481/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0482/2013 e 0487/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima.

Comunica, igualmente, que defere de plano os Requerimentos n.s: 0807/2013 e 0808/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0810/2013, 0811/2013, 0812/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0813/2013, 0814/2013, 0815/2013, 0816/2013 e 0823/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0818/2013, de autoria do

deputado Mauro de Nadal; 0819/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0820/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0821/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0822/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n. 0809/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao presidente da Anatel e às diretorias regionais das empresas operadoras de telefonia celular em Santa Catarina, solicitando a instalação de telefonia celular e melhoria do sinal de cobertura no município de Dona Emma, bem como a instalação de novas antenas, reforçando a cobertura nos municípios da região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0817/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações referentes à dívida do município de Palhoça com a Casan, os números dos processos judiciais e o valor dos investimentos realizados no município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam com se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0072/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, a ser enviada ao gerente da Agência Nacional de Telecomunicações, em Florianópolis, solicitando às operadoras de telefonia a instalação de antena de celular capaz de atender às comunidades de Pinheiral, Nova

Galícia, Rio das Flores, Rio Fraternidade, Rio Teófilo, Boa Esperança, Diamante, Barra Negra, Campinho, Rio Café e Boiteuxburgo, no município de Major Gercino.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0073/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar do município de Criciúma, manifestando aplauso pelo ato de bravura do soldado PM Victor da Silva Prudêncio, quando da abordagem e prisão de um marginal de alta periculosidade e recuperação dos produtos do roubo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0074/2013, de autoria do deputado Manoel Mota, a ser enviada ao comandante do 4º Batalhão de Bombeiros Militar, do município de Criciúma, manifestando aplauso pelo ato de bravura dos soldados Giovane Stork Teixeira, Rafael Luiz Alves e Luiz Henrique Pereira da Silva, quando do salvamento de um jovem no referido município.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0075/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao ministro das Minas e Energia, solicitando providências administrativas, visando o aumento de suprimento de gás natural para a região sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0076/2013, de autoria do deputado Renato Hinnig, a ser enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando a publicação do acórdão inerente ao julgamento da Adin n. 1.842, julgado no dia 28 de fevereiro de 2013, que trata da criação da região metropolitana do Rio de Janeiro e da microrregião dos Lagos e disciplina a administração de serviços públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0077/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada ao governador do estado e aos secretários de estado da Casa Civil e do Planejamento e ao coordenador do Conselho Estadual das Cidades, solicitando a liberação dos recursos financeiros previstos para garantir a presença dos delegados catarinenses na Conferência das Cidades.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência recebeu o seguinte requerimento:

(Passa a ler.)

"O Deputado que subscreve, com amparo no Regimento Interno, art. 109, c/c o Ato da Mesa n. 227, de 14 junho de 2011, vem perante Vossa Excelência Requerer a cessão da palavra, na Sessão Plenária no dia 07 de agosto de 2013, no horário da Explicação Pessoal, para manifestação da senhora Rosemeri Bartucheski, para relatar o levantamento de dados estatísticos da Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE em números. É de suma importância esse momento, considerando que a FCEE no último dia seis de maio completou 45 anos de implantação da política de Educação Especial no Estado." [sic]

Assina o presente requerimento o deputado José Nei Alberton Ascari, presidente da comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e demais líderes.

Neste sentido, ao encerrar a Ordem do Dia e adentrar em Explicação Pessoal, e em concordância com os srs. líderes, esta Presidência suspende a presente sessão, convidando a presidente da Fundação Catarinense de Educação Especial para sua manifestação.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, vou fazer pela ordem três enunciados e não vou usar os dez minutos.

Primeiro, quero registrar aqui a presença na nossa Casa do prefeito do município de São Martinho, sr. José Schotten, que nos visita e convida todos os srs. deputados para no próximo dia 31 de agosto o primeiro stand no município.

Segundo, registro que Blumenau está em luto franciscano, porque perdemos no dia de ontem, à noite, o frei José Luiz Prim, de 78 anos. O seu corpo está sendo velado no Santuário da Nossa Senhora Aparecida, no bairro Itoupava Norte. Era um frei muito querido da nossa região e, infelizmente, nos deixou.

Também não poderia deixar de registrar, srs. parlamentares, que hoje, dia 7 de agosto, comemoramos sete anos da Lei Maria da Penha, e a ONU considera uma das três melhores leis do mundo. Assim, neste dia de hoje comemoramos os sete anos da referida lei. Então, temos que celebrar essa conquista, mas, infelizmente, ainda tem milhares de mulheres sofrendo com a violência, principalmente a doméstica. Porém, no estado de Santa Catarina não temos muito a comemorar, pois a lei ainda não foi implementada para garantir segurança para as mulheres e seus filhos.

Era isso que tinha a relatar, sr. presidente. Então, muito obrigada por esse espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência também registra e agradece a presença do nosso querido prefeito José Schotten (Zecão), do município de São Martinho, juntamente com a Laurinha e todo o seu time. Sejam muito bem-vindos. Ele é um prefeito que após oito anos de mandato volta a comandar os destinos daquele importante município da nossa região sul de Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, com muita satisfação quero dar boas-vindas ao colega Taxista Voltolini, pois não tive a oportunidade de fazer no dia de ontem. Nosso taxista do vale do Itajaí, seja bem-

vindo e que de fato seja um tempo profícuo para a sua atuação nesta Casa.

Quero parabenizar também o deputado presidente Joares Ponticelli, pela iniciativa de falar com os nossos surdos e mudos de Santa Catarina, através da linguagem de libras, um avanço, uma conquista. Parabéns por mais essa iniciativa.

Também, presidente, quero reconhecer o seu trabalho de atuação junto à nossa comissão de Combate e Prevenção às Drogas, pela positiva audiência que tivemos com o governador Raimundo Colombo, na última quinta-feira.

Teremos ainda uma reunião de trabalho com a comissão, mas já está agendado com o governador, no auditório Antonieta de Barros, o protocolo de assinatura de intenções com as comunidades terapêuticas. Depois de uma longa caminhada de planejamento, de insistência, de discursos, de reuniões, de audiências públicas, finalmente teremos a assinatura desse protocolo de parceria entre o governo do estado e o terceiro setor, as comunidades terapêuticas, na conquista e na garantia do financiamento de cerca de mil vagas, deputado Reno Caramori, para dependentes químicos de Santa Catarina, na rede de atendimento que hoje cobre quase uma centena de comunidades terapêuticas.

Portanto, fica o convite para o próximo dia 27 de agosto, numa terça-feira, às 10h, no auditório Antonieta de Barros, com a presença dessas comunidades terapêuticas, o governo do estado e esta Casa Legislativa, juntamente com a Presidência desta iniciativa da rede estadual de atenção ao dependente químico.

Com muita satisfação, sr. presidente, srs. deputados, registro também a alegria de poder colocar mais uma obra no mercado catarinense, através da editora Volante Pedra Lapidada, a nossa 55ª obra. Tivemos uma vasta produção literária na área infanto-juvenil. E dessa vez, até pelo nosso envolvimento com as comunidades terapêuticas, criamos uma ficção para falarmos sobre a perspectiva de vida das comunidades terapêuticas.

É um romance ambientado no Brasil e na Índia, com basicamente duas propostas. A primeira é que não abrimos mão da nossa perspectiva e do nosso conceito de que a fé ainda é a melhor de todas as respostas para problemas complexos, dilemáticos, da vida, como a questão das drogas.

Deputado Kennedy Nunes, nós continuamos insistindo e defendendo essa perspectiva. Mas também trabalhamos nessa obra, e esta é a proposta da ficção, em mostrar ao leitor que o caminho das drogas não precisa ser um caminho sem volta. É possível uma saída, e temos comprovado isso, em especial com a atuação dessas comunidades terapêuticas. E falo de forma específica da nossa experiência no CTV (Centro Terapêutico Vida), fundado há 20 anos, por onde já passaram mais de 1.500 mil jovens. E temos conquistado números significativos, quase 65%, de reabilitação daqueles que permanecem os nove meses no programa terapêutico.

Essa é a proposta que trazemos nesse pequeno texto de 200 folhas, essa ficção criada e, como já disse, ambientada no Brasil e na Índia, numa parceria com a Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas. E quero agradecer ao seu presidente, o colega Arsanjo Paul Colaço, de Jaraguá do Sul, que hoje preside a Associação Catarinense de Comunidades Terapêuticas. E numa parceria com eles estamos lançando essa obra no estado de Santa Catarina e esperamos que possa dar contribuição positiva nessa bandeira que temos hasteado neste Parlamento.

Era isso, sr. presidente deputado Joares Ponticelli, e obrigado pelo espaço.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Também quero cumprimentar v.exa. que vem conduzindo a comissão de Enfrentamento e Combate às Drogas com muita competência, até pelo *know how*, pela experiência que v.exa. tem. E o evento vai acontecer nesta Casa, numa deferência do governador Raimundo Colombo, quando reuniremos as

casas terapêuticas, a secretaria de Assistência Social, a Fapesc, todos os agentes, nessa política pública que vamos implementar para estender a mão do estado às famílias que muitas vezes não sabem em que porta bater, não sabem a quem recorrer, deputado Reno Caramori.

Portanto, quero reconhecer de público o trabalho que v.exa. vem fazendo na presidência da comissão, em nome de todos os representantes e membros desta Casa.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, eu lamentavelmente, ontem, não tive oportunidade, pelo acúmulo de inscrições nos espaços destinados aos deputados, de cumprimentar o meu amigo deputado Taxista Voltolini. Por isso, quero fazer isso agora, cumprimentando esse baluarte do volante, o informante, o guia turístico, o guia familiar que é o nosso taxista.

Portanto, deputado Taxista Voltolini, seja bem-vindo a esta Casa. Já fiz referência em outra oportunidade que v.exa., quando assumiu esta cadeira, com muita honra, criamos um projeto de lei, de nossa autoria, com o dia 19 de novembro como o Dia do Taxista, que é o Dia da Bandeira. E aí, deputado Taxista Voltolini, perguntaram-me: Por que dia 19 de novembro? Eu disse que como o táxi tem bandeira um e bandeira dois, escolhemos o dia 19 de novembro, Dia da Bandeira, para homenagear os taxistas. Mas na verdade não foi isso, foi coincidência. Na verdade, o dia 19 de novembro foi um dia triste para a classe dos taxistas, quando um taxista foi brutalmente assassinado em Florianópolis. E em homenagem a esse taxista, velho na atividade, no volante do táxi, o dia que ele morreu foi escolhido para criarmos o Dia do Taxista, em Florianópolis, em Santa Catarina.

Por isso, meu amigo deputado Taxista Voltolini, que hoje representa essa classe tão importante, quero que v.exa. leve o meu abraço aos demais taxistas. Tenho certeza de que a sua passagem por este Parlamento representa muito para a classe. Seja bem-vindo e êxito nessa tarefa tão importante de ser parlamentar!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados e prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero, inicialmente, cumprimentar o prefeito Antônio Avelino Honorato, do município recém-criado de Pescaria Brava, que foi desmembrado de Laguna. Naturalmente que ele, no seu primeiro mandato, passa por um desafio especial, porque está começando uma administração num município novo. Então, tudo é novo: a sede da prefeitura, o posto de saúde, a escola, enfim, todos os serviços que, naturalmente, são necessários e imprescindíveis no município.

Mas recebi, também por coincidência, uma delegação vinda de Camboriú formada por: Vilson Albino, o Vilsinho; Rodrigo Vinícius Fidencio; Antônio Deolindo; e Edenilson Pozzobom, que vieram justamente visitar os deputados desta Casa e trazer um sonho deles, que é o de criar mais um município - e hoje temos 295 -, Monte Alegre.

Quem vem pela BR-101 de Itajaí em direção a Tijucas, ao chegar a Balneário Camboriú, olhando à direita da BR-101 vê o município de Camboriú. E o primeiro bairro desse município é justamente Monte Alegre, mas há também os bairros de: Vila Conde Verde, Várzea do Ranchinho, Tabuleiro e Rio do Meio. E o centro de Camboriú tem outros bairros, mas correspondem a mais outro tanto desses bairros que colocamos.

Hoje Camboriú tem, aproximadamente, 70 mil habitantes. Os bairros de: Monte Alegre, Vila Conde Verde, Várzea do Ranchinho, Tabuleiro e Rio

do Meio, que formam esse primeiro visual à direita de quem vem pela BR-101 em direção a Tijucas ou Florianópolis, merecem, até pelo tamanho populacional e pela sua importância econômica, ser desmembrados do município mãe, que é Camboriú. E novo município teria 35 mil habitantes.

Se olharmos os municípios de Santa Catarina, veremos que certamente não passam de 50 aqueles que têm mais de 35 mil habitantes. Não têm 35 mil habitantes, por exemplo, Joaçaba, Porto Belo, Bombinhas. E, seguramente, poderíamos citar aqui mais de 250 municípios que não têm 35 mil habitantes e que são municípios. Temos em Santa Catarina municípios, hoje, que, seguramente, não passam de cinco mil habitantes. Olhando o número de eleitores, temos municípios com até 1.100, 1.200, 1.300 eleitores, e naturalmente que a população vai ser 30% ou 40%, no máximo, maior que esses números.

Então, na verdade, pelo tamanho e pelo número de habitantes poderíamos, sim, criar este município, um sonhado município chamado Monte Alegre. Mas naturalmente que para poder ser, ou para poder tramitar este pedido, terão que acontecer algumas alterações.

Primeiro, gostaria de destacar aqui que até 1980 tínhamos 3.794 municípios. Em 96, tínhamos 4.987, quase cinco mil, então. Agora, ou a partir de 98, ou 99, dali para frente, temos 5.565.

A partir do ano de 2002 se estancou a criação de novos municípios, dificultou-se a implantação de novos municípios, porque tramitou na Câmara a lei. Essa lei já foi aprovada, agora está no Senado, é o PLS n. 98/2002. Sendo aprovado esse projeto de lei que tramita no Senado e que já passou na Câmara, então, poderiam ser novamente criados ou incorporados, fundidos ou desmembrados novos municípios, em Santa Catarina, no Brasil inteiro.

Então, esse sonho dessa comissão pró- emancipação do bairro Monte Alegre, dessa fatia, desse segmento de Camboriú, que corresponde aproximadamente à metade do município de Camboriú,

que corresponde a 35 mil habitantes, poderá ser criado.

Porém, essa lei implica primeiro que se faça um estudo da viabilidade da criação desse novo município, e dentro dos critérios de viabilidade se observa a viabilidade econômico-financeira, a viabilidade político-administrativa, a viabilidade socioambiental e urbana, enfim, é um conjunto de requisitos. Dentro, por exemplo, da viabilidade econômico-financeira deverá ser demonstrado por esta comissão a apresentação do projeto.

A receita fiscal provável que terá aquela região, isso atestado por um órgão fazendário, as receitas provenientes do governo federal, ou do governo municipal, também caso seja aprovado o município, a estimativa de despesas com pessoal, custeio, a indicação diante da estimativa de receitas e despesas do município, qual seria então essa viabilidade econômico-financeira, a viabilidade político-administrativa, enfim, todo esse estudo terá que ser apresentado. No caso, seria apresentado para a Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, seria apresentado aqui. E passando por essa fase, daí, sim, aí vai se buscar um plebiscito, vai se buscar uma eleição, lá no município, uma eleição coordenada pelo TRE.

Geralmente essa eleição é feita coincidentemente com outras eleições, estadual, nacional, municipal. E havendo a concordância, a aprovação da população para a criação desse novo município, poderá passar. De forma que então, agora, é um pouco mais difícil do que era há alguns anos para se criar, ou para se desmembrar um novo município, bem como mudanças de áreas também.

Sr. presidente, quero cumprimentar mais uma vez a comissão pró-desmembramento do bairro Monte Alegre, de Camboriú. Seguramente terá a aprovação após vencerem todos esses critérios que a lei obriga. Já tenho informações de várias lideranças políticas dos municípios vizinhos, até mesmo as lideranças do município de Camboriú, que também aprovam essa tentativa, essa intenção. E naturalmente, vencendo todos esses critérios, a

Assembléia Legislativa também dará o apoio necessário para acontecer esse desmembramento, desde que venha beneficiar, melhorar a qualidade de vida de tanta gente que mora ali.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)-
Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.